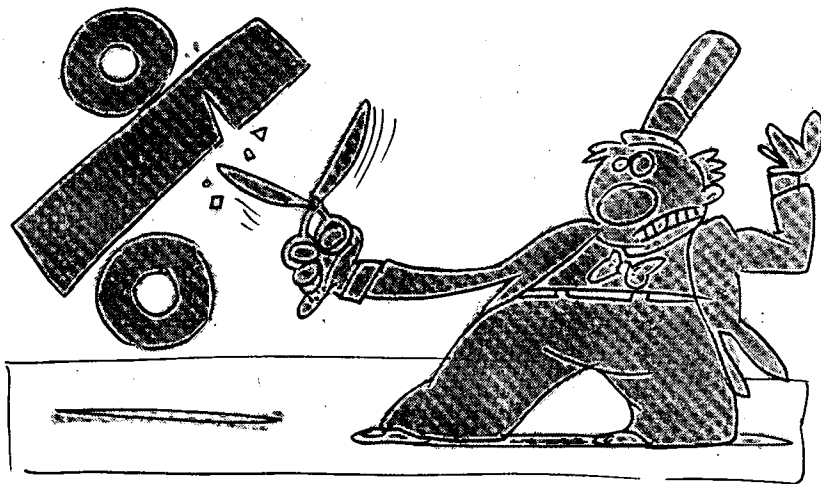


Governo cortará 12% da folha em 91

BRASÍLIA — A reforma administrativa iniciada com o Governo Collor este ano continuará em 1991, com novas ações já em estudo pela Secretaria da Administração Federal. O objetivo é reduzir 12% dos gastos com pessoal, meta prioritária do projeto orçamentário para o próximo ano, enviado semana passada ao Congresso Nacional. O corte na folha de pagamento teve por base os dados fornecidos pela Secretaria ao Departamento de Orçamento da União do Ministério da Economia, responsável pela elaboração do projeto.

O montante orçado para pagamento de pessoal em 1991, a preços de maio, é de Cr\$ 1,3 trilhão, ou 4,3% do Produto Interno Bruto (PIB). Só com aposentadorias e reformas o gasto previsto é de Cr\$ 269,2 bilhões e para o pagamento de indenizações e restituições de funcionários demitidos a partir da reforma, a receita do orçamento é de Cr\$ 60,9 bilhões. O maior gasto fica por conta do pagamento dos vencimentos e vantagens fixas



do pessoal civil (Cr\$ 411,2 bilhões) e militar (Cr\$ 84,8 bilhões).

Segundo Claudio Forghieri, Diretor do Departamento de Orçamento, essa economia de despesas permitirá o aumento dos investimentos da ad-

ministração direta para 1991 em 24%, chegando muito próximo ao nível de 1989. Esse resultado será conseguido sem emissão de títulos e aumento da dívida pública. Entre as estatais federais, o grupo Petrobrás é

o que apresenta o maior crescimento nos investimentos em relação a 1990 e 1989, chegando a 0,56% do PIB (Cr\$ 175,8 bilhões). O total de investimentos das empresas estatais será de 2,36% do PIB (Cr\$ 729,1 bilhões), bem superior ao percentual estipulado para este ano, de 1,99% do PIB.

Outro setor beneficiado no orçamento de 1991 é a Seguridade Social, que engloba os Ministérios do Trabalho e Previdência Social, Saúde e Ação Social. Houve um crescimento de 14% na receita disponível em relação a este ano, ficando em Cr\$ 3 trilhões. A maior parte — Cr\$ 2,5 trilhões — vai para o Ministério do Trabalho e Previdência Social, a Saúde fica com Cr\$ 200 bilhões e a Ação Social com Cr\$ 135,9 bilhões.

As despesas com pagamento de encargos e amortização da dívida mobiliária interna absorverão, em 1991, somente 27% do Orçamento (Cr\$ 2,1 trilhões), ao contrário dos anos anteriores, quando se chegou até a 61%.